



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE AGRONOMIA- ÊNFASE EM AGROECOLOGIA

KELLY ELISANDRA COMIN

**O ESTUDO DE CASO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.**

CHAPECÓ

2019

KELLY ELISANDRA COMIN

**O ESTUDO DE CASO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Bacharel em Agronomia com ênfase em Agroecologia da
Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Orientadora: Profa. Dra. Inês Claudete Burg

CHAPECÓ

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Comin, Kelly Elisandra
O ESTUDO DE CASO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC / Kelly
Elisandra Comin. -- 2019.
54 f.

Orientador: Dra. Inês Claudete Burg.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Agronomia, Chapecó, SC , 2019.

1. AGRICULTURA FAMILIAR. 2. POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. 3. DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL. I. Burg, Inês Claudete, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

KELLY ELISANDRA COMIN

**ESTUDO DE CASO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO
DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

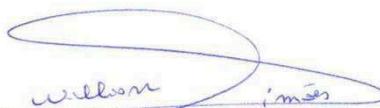
Orientador: Profra. Dra. INÊS CLAUDETE BURG

este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
12/08/2019

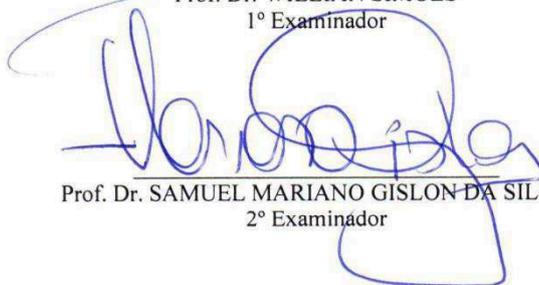
BANCA EXAMINADORA



Profra. Dra. INÊS CLAUDETE BURG
Orientador



Prof. Dr. WILLIAN SIMÕES
1º Examinador



Prof. Dr. SAMUEL MARIANO GISLON DA SILVA
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque a crença nos mantém firme na caminhada e por permitir que este momento chegasse.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, pela oportunidade do curso, e a todos aqueles que lutaram pela existência desta universidade pública.

Aos meus pais e irmãos, pela ajuda, e por viabilizar condições necessárias na oportunidade de realizar o curso.

Ao Claudinei, meu marido, que sempre esteve ao meu lado apoiando incondicionalmente.

A todos os colaboradores na realização desta pesquisa.

Aos professores Inês Claudete Burg e Samuel Mariano Gilson da Silva que prestativos apoiaram para este passo da conclusão.

Enfim, a todos aqueles que de uma forma ou outra colaboraram para a conclusão de mais uma etapa de minha formação acadêmica.

RESUMO

A região oeste catarinense tem como uma de suas características o predomínio da agricultura familiar e de propriedades de pequeno porte. Nos últimos anos, tem enfrentado um processo de exclusão de uma parcela significativa dos agricultores. Essa situação demanda mudanças no modelo de desenvolvimento em curso na região. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um dos pilares do desenvolvimento rural sustentável e é defendida por muitas entidades da agricultura familiar como meio de reverter a realidade do meio rural. Em 2010, através da Lei nº12.188, foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, que estabeleceu os princípios e as diretrizes para uma ATER que contribua efetivamente para que o desenvolvimento rural sustentável. Este estudo teve por objetivo identificar a atuação de organizações de ATER destinada ao segmento da agricultura familiar e os principais limites dos diferentes serviços de ATER no município de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina. Para este estudo foi utilizada a metodologia de estudo de caso e entrevistas realizadas com oito entidades prestadoras de ATER, (pública, privada, cooperativas e ONG). O estudo apontou que as entidades públicas possuem maior número de atendimentos aos agricultores familiares, e o público que recebe maior atendimento são os jovens e as propriedades consolidadas. Poucas organizações conhecem e seguem as diretrizes da PNATER. Através do estudo foi possível concluir que as entidades privadas e as cooperativas de produção não atendem as proposições e diretrizes da PNATER. Enquanto que as entidades públicas buscam pautar-se pelas proposições da PNATER, mas encontram dificuldades. A ONG e a cooperativa de prestação de serviços incorporam a política, porém não possuem infraestrutura para garantir a qualidade e a continuidade do serviço.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural sustentável. Agricultura Familiar. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ABSTRACT

The western region of Santa Catarina is characterized by the predominance of family farming and small properties agriculture. In recent years, this region has faced a process of excluding a significant portion of farmers from agriculture. This situation demands changes in the ongoing development model in the region. Technical Assistance and Rural Extension (ATER) is one of the pillars of sustainable rural development and is advocated by many family farming entities as a means of reversing the reality of the countryside. In 2010, through Law No. 12.188, the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension for Family Farming and Agrarian Reform (PNATER) was established, which sets the principles and guidelines for an ATER that effectively contributes to sustainable rural development. This study aimed to identify the performance of ATER organizations for the family farming segment and the main limits of the different ATER services in the municipality of São Lourenço do Oeste, Santa Catarina. For this study we used case study methodology and interviews conducted with eight providers of ATER (public, private, cooperative and NGO). This study pointed out that the public entities have more attendance to family farmers, and the public that receives the largest attendance is the young and the consolidated properties. Few organizations know and follow PNATER guidelines. Through the study it was possible to conclude that the private entities and the production cooperatives do not meet the PNATER propositions and guidelines. While public entities seek to abide by PNATER's propositions, but encounter difficulties. The NGO and the service cooperative incorporate the policy, but do not have the infrastructure to guarantee the quality and continuity of the service.

Keywords: Sustainable rural development. Family farming. National Policy of Technical Assistance and Rural Extension.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DAP-Declaração de Aptidão de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAGRI- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores

ONG- Organização Não Governamental

PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária

SAF- Secretaria de Agricultura Familiar

SIBRATER- Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SLO- São Lourenço do Oeste

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Agricultura Familiar e produção de alimentos.....	26
Figura 2. Agricultura Familiar e produção de alimentos.....	27
Figura 3. Localização do município de São Lourenço do Oeste.....	30
Figura 4. Ano de fundação da entidade e/ou fundação e participação no município de São Lourenço do Oeste-SC/2016.	33
Figura 5. Número de municípios de abrangência por entidade prestadora de ATER	34
Figura 6. Número de funcionários por tipo de serviço de ATER no município de São Lourenço do Oeste- SC/2016.	35
Figura 7. Infraestrutura disponível para a realização do trabalho e assistência técnica aos agricultores em São Lourenço do Oeste/2016.	36
Figura 8. Número de agricultores atendidos em São Lourenço do Oeste, e número de agricultores que recebem assistência técnica/2016.....	37
Figura 9. Percentual de público atendido, entre homens e mulheres pelas organizações prestadoras de ATER no município de São Lourenço do Oeste.	38
Figura 10. Percentual de público atendido, entre jovens, adultos e idosos pelas organizações prestadoras de ATER no município de São Lourenço do Oeste/2016.	39
Figura 11. Percentual de propriedades rural atendidas, conforme nível de consolidação ou exclusão de agricultores, considerando consolidada, em transição, em exclusão e inviabilizada.	40
Figura 12. Percentual de público atendido classificado por tamanho da área do estabelecimento agrícola em São Lourenço do Oeste/2016.....	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA	13
1.2 PROBLEMA	13
1.3 HIPÓTESES	14
1.4 OBJETIVOS	14
1.4.1 Objetivo geral	14
1.4.2 Objetivos específicos	14
1.5 JUSTIFICATIVA	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	18
2.2 LEI DE ATER	19
2.2.1 O que é a Lei de ATER	19
2.2.2 Beneficiários da Lei	20
2.2.3 O que é o serviço de ATER	20
2.3 PNATER	20
2.3.1 Objetivos da PNATER	21
2.3.2 Princípios da PNATER	22
2.3.3 Diretrizes da PNATER	22
2.4 AGRICULTURA FAMILIAR	24
2.5 PRESTADORAS DE ATER	28
3 METODOLOGIA	29
3.1 DESCRIÇÃO GERAL	29
3.1.1 Tipo de pesquisa	29
3.1.2 Local	30
3.1.3 Método	30
3.1.4 Sistematização de dados	32
4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS	33
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE ATER	33
4.2 ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DE ATER COMO GRAU DE DECISÃO	34
4.3 INFRAESTRUTURA DESTINADA PARA ATER	35
4.4 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO	36
4.5 METODOLOGIA DE ATER UTILIZADA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE PELOS TÉCNICOS E ORGANIZAÇÕES	41

4.6 CONTEXTUALIZAÇÃO FRENTE A PNATER	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6 CONCLUSÕES	46
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
APÊNDICE A	51
APÊNDICE B	54

1 INTRODUÇÃO

A produção agrícola brasileira tem apresentado profundas transformações ao longo das últimas décadas. Segundo dados do MAPA (2014), o Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários como café, açúcar, etanol e suco de laranja. Além disso, lidera o ranking das vendas externas da soja. Esse avanço se dá pela abertura de novas fronteiras agrícolas e pelo aumento de produtividade. Nesse contexto da agricultura brasileira, o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias tem sido fundamental.

A assistência técnica tem grande relevância tanto no aspecto de levar novos conhecimentos aos agricultores como de realimentar a pesquisa pelo retorno dos problemas encontrados a campo.

A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira (PEIXOTO, 2008, p.6).

Conforme explica Silva (2010), no Brasil, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foram iniciados no final da década de quarenta, e se desenvolveram nas décadas seguintes através de um sistema nacional articulado, para que a assistência técnica chegasse a todos os rincões do país.

O Governo Federal, criou em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, constituindo, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos Estados. Na década 1970, o governo implantou o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER executado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural nos Estados” (BRASIL, 2010).

Esse sistema criado ao longo do tempo começou a ser desmantelado, sendo que em 1990 houve a extinção da EMBRATER:

Desde a extinção da EMBRATER, em 1990, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural sofreu continuadas crises de instabilidade e é desmantelado, chegando ao início dos anos 2000 praticamente deteriorada em termos de recursos físicos, humanos e financeiros (BRASIL, 2010, p.1).

Como explica Silva (2010) durante 13 anos que se seguiram, os conhecimentos e tecnologias disponibilizadas, a socialização de informações sobre mercados e sobre, principalmente, políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural foram atividades cada vez menos trabalhadas no meio rural. Em 1995/1996, pouco mais de 16% dos agricultores familiares, tinham acesso à assistência técnica.

A partir de 2003, o governo tomou novas decisões diante da ATER, marcado pelo processo de recuperação, ampliação e fortalecimento. Essa nova ATER parte de princípios da agricultura com base ecológica e com enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, utilizando metodologia participativa com enfoque multidisciplinar (BRASIL, 2010).

É importante avaliarmos como essa assistência técnica tem chegado aos produtores e ao mesmo tempo a qualidade dos serviços prestados, sendo que nos últimos anos novas políticas governamentais tem impactado a assistência técnica, principalmente através da Lei de ATER envolvendo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária –PRONATER, que com várias chamadas públicas tem tentado redesenhar a assistência técnica, principalmente para a agricultura familiar.

A questão que se levanta é se essa assistência tem chegado ao produtor e se a mesma tem sido efetiva na promoção do desenvolvimento das propriedades da agricultura familiar e do meio rural como um todo. É nesse sentido que é importante buscarmos analisar a Assistência Técnica e Extensão Rural de forma a podermos orientar melhor a ação desta na busca do desenvolvimento sustentável do meio rural.

1.1 TEMA

Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar.

1.2 PROBLEMA

Como os diferentes serviços de ATER no município de São Lourenço do Oeste atuam promovendo o desenvolvimento rural sustentável na perspectiva da nova política de ATER e quais as principais limitações para a realização deste trabalho.

1.3 HIPÓTESES

1-Cada tipo de serviço (privado, público, cooperativas, ONGs) apresentarão diferentes respostas entre si, pois apresentarão objetivos diferentes e alguns desconsideram a Lei de ATER:

- a) Serviço privado e cooperativista não se apoia na concepção de desenvolvimento rural sustentável nem de agricultura familiar no processo de prestação do serviço de ATER;
- b) O serviço público busca pautar-se pelas proposições da nova PNATER, mas encontra enormes dificuldades e contradições em seu serviço;
- c) O serviço prestado pelas ONGs incorpora as proposições da nova PNATER, mas não possui as condições estruturais para garantir a qualidade e continuidade do serviço.

2- A assistência técnica atende de forma parcial a demandas dos agricultores sempre vinculadas a uma atividade dentro do sistema de produção do agricultor.

3- Os principais problemas da assistência técnica estão na falta de profissionais e na falta de capacitação destes para assessorar os agricultores na busca do desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar e de suas propriedades.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Identificar a forma de atuação de Assistência técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e os principais limites dos diferentes serviços de ATER na construção do desenvolvimento rural sustentável conforme preconizado pela Política de ATER no município de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina.

1.4.2 Objetivos específicos

- 1- Caracterizar a agricultura e o meio rural do município de SLO.
- 2- Identificar e caracterizar os principais prestadores de ATER no município de SLO.
- 3- Compreender as perspectivas de desenvolvimento sustentável presente nos diferentes agentes prestadores de serviços de ATER no município de São Lourenço do Oeste.

- 4- Identificar os principais limites de cada tipo de serviço de ATER no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do desenvolvimento rural sustentável de acordo com o que preconiza a Lei de ATER e a nova PNATER.

1.5 JUSTIFICATIVA

Durante a modernização da agricultura, chamada de revolução verde, a Extensão Rural atuava na transferência de tecnologias prontas e acabadas, promovendo uma rápida e profunda mudança dos sistemas produtivos com a especialização das unidades de produção e crescente especialização dos sistemas produtivos regionais (modernização conservadora da agricultura). Por trás deste modelo de extensão rural, estava um modelo que via o meio rural subordinado ao urbano e que deveria fornecer alimentos e matéria-prima a baixo custo para a população urbana e o setor industrial, servir como reserva de mão-de-obra para o setor industrial e ainda consumir os produtos e serviços destes.

As consequências dessa visão para o meio rural foram duras principalmente para os pequenos agricultores familiares que não conseguiram se adaptar a essa proposta e por outro lado também com graves problemas ambientais.

Muitos dos agricultores que permaneceram na agricultura tentaram aderir ao sistema, no entanto, como consequência obtiveram o endividamento e a perda de suas terras. Este modelo agravou o êxodo rural, a concentração de terras nas mãos de uma minoria, a baixa escolaridade no campo, a exclusão social, a perda da biodiversidade de plantas e animais, a contaminação do solo e da água por meio do uso excessivo de fertilizantes sintetizados e de agrotóxicos e entre muitos outros problemas, o empobrecimento no meio rural e urbano.

A situação fortaleceu a necessidade de repensar modelos de desenvolvimento e práticas de extensão que viessem a recuperar a condição de vida destas pessoas. E para isso, através da Lei de ATER nº 12.188/2010, foi instituída a Política Nacional de ATER sendo competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e a formulação e supervisão coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar-SAF.

De forma geral, há um caminho longo a ser percorrido para que efetivamente se concretizem as diretrizes propostas por esta lei. O desenvolvimento da nova ATER depende em grande parte de uma mudança na concepção e postura das pessoas envolvidas no processo. Para apoiar essa mudança se faz necessário estudos e pesquisas a campo que permitam compreender a partir da percepção de técnicos, dirigentes e

agricultores, como o processo de ATER tem avançado, os principais problemas encontrados para sua efetivação e que apontem para as mudanças de rumo necessárias na política de ATER para que esta efetivamente contribua para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

O município de São Lourenço do Oeste se caracteriza pela sua formação principalmente agrícola. A economia deste município a nível micro-regional é tida como um pólo industrial. A maior parte dos alimentos é proveniente das pequenas propriedades, na sua grande maioria, agricultores familiares. A população total do município é de 21.797 mil habitantes segundo o IBGE de 2010, e destes o rural representa 22,54% do total de lourencianos. Na produção agropecuária, destaca-se a produção de grãos com cerca de 13.000 ha de área agricultáveis, sendo as principais culturas e suas respectivas áreas plantadas: milho - 4.000 ha; soja - 4.000 ha; feijão - 100 ha; trigo - 500 ha; fumo - 80 ha; milho silagem - 3.000 ha; mandioca - 250 ha; cana de açúcar - 350 ha; pastagem (perene e nativa) – 5.000ha. A pecuária está baseada na produção de bovinos, bovinocultura de corte, aves e suínos. O município possui hoje uma das maiores bacias leiteiras do Estado de Santa Catarina. A bovinocultura leiteira é a principal força motriz, contando com cerca de 1.000 propriedades que desenvolvem a atividade com um rebanho aproximado de 22.000 cabeças que produzem mais de 50 milhões de litros de leite/ano. Em relação à bovinocultura de corte, o município possui 22.021 cabeças com desfrute de 12% ao ano com uma média de produção de 660.000 kg de carne ao ano. A produção de aves conta com 60 aviários e um rebanho efetivo de 140.947 cabeças, e a suinocultura com um rebanho efetivo de 19.121 cabeças, ambos em sistema de integração e cooperativismo. O município consta com 15 agroindústrias familiares, 6 associações de máquinas e equipamentos para agricultores e uma cooperativa de agricultura familiar.

No município de São Lourenço do Oeste tem-se iniciado trabalhos na melhoria da qualidade de vida dos agricultores, como a diversificação produtiva das propriedades como a olericultura, fruticultura e sistemas agroflorestais, além de trabalhos relacionados ao uso do solo, água, e outras práticas como de conscientização do uso de defensivos agrícolas. Para o Governo Municipal, é de vital importância buscar implantar ações que possibilitam ao homem do campo desenvolver a sua vocação, sendo capaz de gerar seu próprio sustento e o de sua família com dignidade e tomando consciência de sua vital importância ao movimento econômico e ao desenvolvimento do município (São Lourenço do Oeste, 2014).

A ação da assistência técnica e da extensão rural é de grande importância no que se refere a dimensões econômicas, ambientais, tecnológicas, sociais e culturais, tais dimensões tratadas como pilares do desenvolvimento rural sustentável. A atual assistência técnica preconizada pela Lei de ATER prevê o desenvolvimento rural sustentável e para isso, o papel da ATER não é o mesmo preconizado na Revolução Verde que consistia na transferência de tecnologia, mas na construção, junto com o agricultor e o meio rural, alternativas sustentáveis do uso do solo, da água, dos meios de cultivo, de fontes naturais do meio ambiente, considerando o conhecimento cultural e social, de se relacionar e compartilhar conhecimentos e experiências com pessoas próximas de forma participativa, de trocas, onde o agricultor domina e se relaciona com o processo de produção, dando autonomia e conseqüente a melhoria da qualidade de vida.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Discutir desenvolvimento rural é importante neste contexto de Assistência técnica e extensão Rural, principalmente por se tratar de relações entre práticas e ações desenvolvidas pela Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural-PNATER e a realidade do campo rural brasileiro.

“Desenvolvimento, em sua formulação teórica mais ampla, significaria a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental e com seus exclusivos valores ético” (ESTEVA, 1996 apud CAPORAL, 2005, p 2.).

Para Costabeber e Caporal (2003), para um processo se tornar sustentável, o desenvolvimento rural deve abranger muitas das qualidades e oportunidades e alcançar aspectos qualitativos, para a obtenção de avanços sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA (BRASIL, 2007), para alcançar o desenvolvimento sustentável tanto desejado por estes órgãos e pela sociedade interessada, a transferência de tecnologia não é o método mais apropriado. A transição agroecológica, que já vem sendo trabalhada em muitas regiões do país, mostra que tem a necessidade de resgatar e construir conhecimentos, hoje muitos já distintos, e variedades de sistemas culturais e condições socioeconômicas. O papel da Política de ATER é de apoio ao desenvolvimento rural, a partir da adoção de uma missão, com objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis as exigências deste novo processo.

A política da ATER é instituída para “criar” oportunidades para agricultores e beneficiários, estabelecendo estratégias para agregar renda e melhorar a vida no campo, através da geração e/ou aumento da renda e a oportunidade de novos empregos através de atividades produtivas voltadas à oferta de alimentos saudáveis desde a matérias primas de qualidade, até ao apoio a estratégias de comercialização e de agroindustrialização. Para isso, a Política Nacional de ATER (PNATER) estabelece princípios vigentes perante lei para fornecer assistência técnica de qualidade dentro dos objetivos cumprindo seu papel no Estado.

Portanto, a ATER tem por dever:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável,

centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2007, p. 8-9).

Convém ressaltar o importante papel das políticas públicas na tomada de decisões na agricultura, atuando diretamente e indiretamente na permanência de agricultores do meio rural frente aos conflitos do equilíbrio entre a tecnologia e o ambiente. Segundo Xavier e Dolores (2001), a agricultura é uma atividade que depende dos recursos naturais e dos processos ecológicos e junto disto, os desenvolvimentos técnicos humanos e do trabalho num mesmo nível de acompanhamento no processo.

2.2 LEI DE ATER

2.2.1 O que é a Lei de ATER

A lei de ATER, agora com novas perspectivas e fundamentada em novos princípios retoma com novo conceito:

A lei de ATER- Assistência Técnica de Extensão Rural, Lei 12.188 de 11 de Janeiro de 2010, é um serviço gratuito, de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Esta Lei é a qual institui a Política Nacional de ATER e de Reforma Agrária-Pnater, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura Familiar e Reforma Agrária-Pronater (BRASIL, 2010, p. 1).

A Lei de ATER atua com caráter e respeito às diferenças étnicas, sociais, culturais, entre outras encontradas diante da diversidade populacional que o Brasil possui com a necessidade de incluir estas diferenças:

Dentre estes outros pilares fundamentais que sustentam a Política de Ater, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater (BRASIL, 2007, p. 4).

É através da ATER que a população do meio rural e urbano recebe apoio do Estado na prática do desenvolvimento sustentável para assegurar produção e alimentos de qualidade e quantidade e junto agregar renda para que se possa ter melhoria da qualidade de vida no meio rural e urbano, o que implica diretamente com a permanência de agricultores no campo e principalmente de jovens.

É a Lei nº 12.188 de 11 de Janeiro de 2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária -

PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, que altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.2.2 Beneficiários da Lei

Segundo o BRASIL (2007), as pessoas que podem se beneficiar desta lei são aquelas que participam de políticas públicas geridas pelo MDA ou que possuem potencial para participar. Além disso, devem ter a Declaração de Aptidão de Fortalecimento da Agricultura Familiar-DAP ou ter Relação de Beneficiário. Dentre os beneficiários, enquadram-se agricultores familiares que apresentarem DAP, Assentados do Incra homólogos no Sipra; assentados da Reforma Agrária e povos indígenas, povos tradicionais e agricultores familiares ou empreendimentos rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores e beneficiários de programas de colonização e irrigação.

2.2.3 O que é o serviço de ATER

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social-MDS, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural é realizado na forma de visitas técnicas para identificar e classificar as necessidades e potencialidades de cada família. Assim,

juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) executam o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e também de ATER, por meio da transferência direta de recursos financeiros às famílias e da disponibilização de prestação de serviços (BRASIL, 2014, p. 1).

A seleção das instituições prestadoras de Assistência técnica se dá pela forma de chamadas, representadas por uma equipe de profissionais.

2.3 PNATER

Para que a construção da PNATER fosse representativa e atendesse ao público beneficiário dentro dos objetivos propostos e o compromisso e desafios assumidos, a construção se deu de forma participativa em articulação com diversas esferas do governo federal e suas instituições, segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão (BRASIL, 2007).

A Política Nacional de Ater passa a ser instrumento novo capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana (SILVA, 2010, p.1-2).

A nova ATER é discutida a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde, das crises vivenciadas por agricultores excluídos deste processo e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo frente a questões como escassez dos recursos naturais e tantos outros problemas ambientais, econômicos, sociais gerados:

2.3.1 Objetivos da PNATER

Os objetivos da Política Nacional de Assistência e Extensão Rural segundo o MDA (BRASIL, 2010) são fundamentais ao que se refere às atividades rurais desenvolvidas com âmbito no fortalecimento da agricultura familiar, visando princípios da agroecologia dentro de um paradigma de desenvolvimento rural. Para isto acontecer, as iniciativas devem envolver atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras afins, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e fundamentados em princípios agroecológicos. Especificamente:

- I - promover o desenvolvimento rural sustentável;
- II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
- XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
- XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (MDA, 2010, p. 7-8).

Dentro deste contexto, princípios da agroecologia são enfatizados por adotar estratégias que garantem a preservação ambiental e toda questão ecológica dos dentro dos processos produtivos agropecuários.

2.3.2 Princípios da PNATER

A PNATER tem como normas em sua Lei os seguintes princípios:

*Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.

*Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.

*Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.

*Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.

*Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2007, p. 6-7).

2.3.3 Diretrizes da PNATER

As diretrizes propostas pela PNATER vêm com um propósito de direcionar os caminhos a serem seguidos pelo trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural.

“As inúmeras diretrizes propostas para a nova Ater são claras quanto ao caminho que a Extensão Rural deve seguir no processo de transição do modelo convencional para o modelo agroecológico” (CAPORAL, F.R.; RAMOS, L.de F. 2006, p. 7). Portanto, são claras as dificuldades em avançar no trabalho de desenvolvimento rural sustentável:

Frente aos desafios impostos pela necessidade de implementar estratégias de produção agropecuária que sejam compatíveis com os ideais do desenvolvimento sustentável, os aparatos públicos de Ater terão que transformar sua prática convencional e introduzir outras mudanças institucionais, para que possam atender às novas exigências da sociedade (MDA,2007, p. 5-6).

Segundo Caporal e Ramos (2006), na PNATER, as diretrizes são gerais, amplas, abrangentes, e requer necessidade de respeito à diversidade das formas de vida, dos sistemas culturais das pessoas envolvidas, e das diferenças regionais, as condições objetivas de cada agroecossistema.

A PNATER tem como diretrizes:

- Apoiar ações múltiplas e articuladas de Assistência Técnica e Extensão Rural, que viabilizem o desenvolvimento econômico equitativo e solidário, nas comunidades e territórios rurais, levando em conta a dimensão ambiental.

- Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de Ater, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do país.
- Apoiar ações destinadas à qualificação e aumento da produção agropecuária, pesqueira e extrativista, com ênfase à produção de alimentos básicos.
- Assegurar que as ações de Ater contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.
- Privilegiar os Conselhos como fóruns ativos e co-responsáveis pela gestão da Política Nacional de Ater, no âmbito municipal, estadual e federal, de modo a fortalecer a participação dos beneficiários, e de outros representantes da sociedade civil, na qualificação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Desenvolver ações de capacitação de membros de Conselhos ou Câmaras Técnicas de Ater (ou similares), apoiando e incentivando a formação e qualificação dos conselheiros.
- Promover uma relação de participação e gestão compartilhada, pautada na co-responsabilidade entre todos os agentes do processo de desenvolvimento, estabelecendo interações efetivas e permanentes com as comunidades rurais.
- Desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade.
- Viabilizar serviços de Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional.
- Estimular a participação da Ater nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais, em relação sistêmica com instituições de ensino e de pesquisa, de modo a proporcionar um processo permanente e sustentável de fortalecimento da agricultura familiar.
- Orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos agricultores e demais públicos da extensão no mercado globalizado, visando gerar novas fontes de renda.
- Garantir que os planos e programas de Ater, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas.
- Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão.
- Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas (BRASIL, 2007, p. 7-8).

Estes princípios supõe uma mudança de rumos com respeito às práticas difusionistas, que marcaram a história da extensão rural convencional e requerem práticas de profissionais como técnicos e agrônomos com outro “olhar” sobre o meio rural atual.

Estas formas de intervenção devem favorecer o estabelecimento de plataformas de negociação entre técnicos e agricultores que permitam a construção de saberes novos e mais compatíveis com a vida real das populações envolvidas. Estes novos saberes, na prática cotidiana, poderiam ser aqueles conhecimentos sobre a realidade social, ambiental, econômica, cultural e política, onde agricultores e técnicos buscam o “desenvolvimento”.

A lógica da nova ATER não está associada ao papel do técnico em levar somente o conhecimento ao agricultor, mas que este conhecimento seja de forma construtiva, pensando num todo da propriedade de forma a atender as diretrizes e beneficiar o agricultor. Como Caporal, sugere de que:

na nova Ater, técnicos disponibilizam seus conhecimentos e não simplesmente os difundem, segundo o modelo clássico e a lógica linear do princípio de “estender” da fonte ao receptor. Esta nova visão, supõe a quebra da hierarquia de saberes e o respeito aos conhecimentos dos agricultores, que devem ser considerados válidos e necessários para a construção de conhecimentos mais complexos, mediados pela realidade (CAPORAL, 2005, p. 2).

O que vemos hoje, sob a orientação de um mesmo Governo nacional é a disputa de dois modelos de desenvolvimento rural e de agricultura: um modelo já velho, não sustentável, mas ainda hegemônico; e outro, em construção, que trata de buscar a sustentabilidade.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar é aquela que trabalha em nível de unidade de produção, a mão de obra é exclusivamente familiar, e relativa autonomia do controle e domínio dos processos envolvidos na unidade de produção:

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (MDS,([2014?]), p. 1).

É característica da agricultura familiar à preservação da agrobiodiversidade e da diversificação na produção, além de favorecer práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas. Segundo o MDA (BRASIL, 2007), subentende por agricultor(a) familiar os agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas do MDA.

A maior parte dos alimentos que vai pra mesa dos brasileiros é oriundos da agricultura familiar, de pequenas propriedades. Segundo a Conab (BRASIL, 2014), a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde no Brasil por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola.

A agricultura familiar é responsável por garantir alimentos saudáveis e de qualidade na mesa de brasileiras e brasileiros, tanto que 70% da produção de alimentos consumidos provêm deste setor. É por isso que a Agricultura Familiar é reconhecida como ilidade concreta de promoção do desenvolvimento local com sustentabilidade econômica, social e cultural. Gera postos de trabalho em número bem maior que a agricultura empresarial, se preocupa com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental e preserva as tradições e os costumes locais. (CONTAG, 2014, p.1)

Segundo a Lei nº 11.326 de julho de 2006 da Constituição brasileira (BRASIL, 2006), considera-se agricultor familiar e empreendedor rural aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo o MPA (2010), sobre dados do IBGE de 2006, a agricultura familiar era responsável por grande parte da produção de alimentos no país, conforme figura 1.

Figura 1. Agricultura Familiar e produção de alimentos.



Fonte: MPA 2010.

Conforme o site do MPA (2010), a relação entre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e o tamanho do território que eles ocupam cerca de 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros estão dentro do perfil “estabelecimentos da agricultura familiar”, e ocupam apenas 24,3% do território ocupado no campo brasileiro. Os outros 15,6% dos estabelecimentos representam a agricultura “não familiar” possuindo em torno de 75,7% das áreas ocupadas.

Diante destas informações, apesar da importância da agricultura familiar para o país, muitas das políticas públicas adotadas ainda privilegiam os latifundiários:

Como exemplo, cita-se o plano de safra 2011/2012, em que R\$ 107 bilhões foram destinados à agricultura empresarial enquanto que apenas R\$ 16 bilhões foram destinados aos produtores familiares. Apesar disso, a agricultura familiar gera, em média, 38% da receita dos estabelecimentos agropecuários do país e emprega aproximadamente 74% dos trabalhadores agropecuários do país (MUNDO EDUCAÇÃO, 2014, p. 1).

Um dado importante destacado é a geração de emprego no campo. A agricultura camponesa mantém 12,3 milhões de pessoas no meio rural, o que corresponde a 74,4% de todos os empregos gerados na área rural. Comparando ao

agronegócio que mantém 4,2 milhões de pessoas ocupadas, apenas 25,3% dos empregos no campo (BRASIL, 2010). A estimativa de participação da agricultura familiar na produção de alimentos pode ser vista na figura 2.

Figura 2. Agricultura Familiar e produção de alimentos.



Fonte: MPA, 2010.

Em Santa Catarina, o valor médio do módulo fiscal fica entre 12 e 20 hectares:

O módulo fiscal é uma unidade territorial agrária, fixada por cada município brasileiro baseados na Lei Federal nº 6.746/79. O tamanho do módulo fiscal, para cada município, é determinado levando-se em consideração: o tipo de exploração predominante no município e a renda obtida com ela; outras explorações importantes (seja pela renda ou área ocupada) existentes no município; e o conceito de "propriedade familiar", definido pela Lei nº 6.746/79. O módulo fiscal varia de 5 a 100 hectares, conforme o município. (MUNDO EDUCAÇÃO, [2014?], p. 1).

O desafio proposto pela PNATER junto com os profissionais é o compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar, tanto no Estado Nacional como dos estados federados e municípios.

“O principal programa de incentivo à agricultura familiar é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que financia projetos ao pequeno produtor rural, com baixas taxas de juros” (MUNDO EDUCAÇÃO, [2014?] p. 1).

2.5 PRESTADORAS DE ATER

Na extensão rural, é possível identificar quatro modelos de prestadores de ATER: o setor público, privado, Organizações Não Governamentais-ONGs e cooperativas. Através destes, muitos serviços de ATER são passados, transmitidos a um público alvo de interesse. A privatização dos serviços de ATER já foi uma tendência no passado, até mesmo quando refere-se a serviços prestados por setores públicos.

A ATER pública passou a desempenhar funcionalmente seu papel a partir dos anos 2000 e principalmente após a vigoração da Lei nº 12.188. O setor público tem importante papel no trabalho de serviço de ATER, pois está organizado através de Secretarias de Agricultura, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – EPAGRI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, Universidades, entre outras. Segundo Muchagata (2003) apud Lisboa, Silveira e Diesel (2010), o setor público, governo federal, estadual e municipal se constituem na maior prestadora de ATER no país, apresentando maior experiência acumulada pela execução de projetos e leis, e também maior grau de consolidação.

Durante o processo de democratização, houve uma redução dos serviços de ATER pública:

Esta atitude teria levado a vivenciarem-se novas experiências, abrindo espaço para a maior participação dos Governos Estaduais, Municipais e para a entrada de outros agentes, dentre eles as organizações-não-governamentais (ONGs), entidades estas que seriam uma resposta da sociedade civil organizada para o atendimento das suas necessidades mais prementes (MUCHAGATA, 2003 apud LISBOA, SILVEIRA e DIESEL 2010. p7).

O serviço de ATER promovidos por ONGs, geralmente apresentam ações através da execução por um grupo de interesse em comum, que contrata profissionais da área e atua através da prestação de serviços voltado ao público de interesse. Estas instituições. O serviço prestado ao público em interesse não é remunerado pelo público beneficiário, mas pelo governo ou pela entidade que a promove.

O serviço privado ou, em outras palavras, particular é normalmente encontrado em estabelecimentos, ou instituições que trabalham com esse tipo de serviço de forma remunerada. É de interesse do produtor em particular. É característico em casas agropecuárias, entre outros. Adquire este serviço, público como agricultor que tem poder aquisitivo de estar pagando um profissional de forma particular, ou através da

compra de algum produto, em que tem o direito pelo serviço. Poucos dos estabelecimentos e instituições particulares trabalham no âmbito do desenvolvimento rural.

Segundo Muchagata (2003) apud Lisboa, Silveira e Diesel (2010), o trabalho das cooperativas no Brasil com a atuação nas propostas de ATER caracteriza-se pela realização de trabalho aos seus associados/cooperados que se encontram fortemente inseridos no mercado. A região caracteriza-se por unidades de cooperativas, tem relação direta com os associados através da compra/ venda de produtos e serviços. É através destes, aplicados serviços de extensão rural e de assistência técnica.

3 METODOLOGIA

3.1 DESCRIÇÃO GERAL

3.1.1 Tipo de pesquisa

Para a realização de pesquisas, o estudo de caso é uma ferramenta muito utilizada, pois contribui na compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, permitindo assim, uma investigação com a manutenção de características holísticas e significativas da vida real (YIN, 2001).

Como descreve Gomes (2008) um estudo de caso exige do investigador, o emprego de alguns procedimentos metodológicos na realização de pesquisas, como protocolo do estudo; preparação prévia para o trabalho de campo; estabelecimento de base de dados etc. Ainda o mesmo autor descreve que o estudo de caso pode ser identificado por três características e este pode ser tratado como estratégia metodológica de aprofundamento na área das ciências humanas, possibilitando ver nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu”:

- quanto aos limites – o Estudo de Caso completo é aquele em que os limites – isto é, a distinção entre o fenômeno estudado e seu contexto – são definidos.
- quanto à coleção de evidências - um Estudo de Caso completo deve demonstrar de modo convincente que o investigador se empenhou exaustivamente, na coleta de evidências relevantes.
- quanto ao tempo e aos recursos necessários - um Estudo de Caso exige do investigador uma boa previsão na fase do “design”, para evitar falta de tempo e recursos (GOMES, 2008 p.1).

Segundo Yin (2005 apud GOMES, 2008), os estudos de caso podem ser causais/exploratórios ou descritivos. O estudo de caso do tipo exploratório o investigador pode realizar o levantamento de elementos que lhe permitam diagnosticar

um caso com perspectivas de generalização naturalística; já do tipo descritivo, permite a descrição de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real.

A execução do presente trabalho se dá por estudo de caso de caráter exploratório, com dados coletados a campo e de documentos, por metodologia qualitativa e quantitativa.

3.1.2 Local

O presente trabalho foi realizado no Município de São Lourenço do Oeste. O mesmo situa-se no oeste do estado de Santa Catarina, e ao norte faz divisa com o Estado do Paraná (figura 3).

Figura 3. Localização do município de São Lourenço do Oeste.



Fonte: Wikipédia-São Lourenço do Oeste, 2014.

Segundo dados do município (2014), São Lourenço do Oeste tem área de 361,77 Km², com uma população de 21.797 habitantes, tendo 16.885 é população urbana e 4.912 é população rural. Bioma é mata atlântica e tem relevo como planalto acidentado; o clima é subtropical, com invernos acentuadamente frios, ocorrendo geadas e ventos constantes no inverno e no verão.

Na agricultura do município predomina a agricultura familiar, e a maioria dos estabelecimentos são pequenas propriedades, sendo bovinocultura de leite e corte, suinocultura e grãos (milho e soja). Segundo censo do IBGE (2006), o município possui 1447 estabelecimentos agropecuários, e destes, 792 possui como atividade econômica a pecuária e criação de outros animais; 532 propriedades com lavouras temporária; 55 propriedades com a horticultura e floricultura; 14 propriedades com lavoura permanente; e demais entre floresta plantada e floresta nativa.

3.1.3 Método

Para a elaboração do trabalho na coleta de dados, Yin (2005 apud MAFFEZOLLI et al, 2008), cita sugerindo a adoção das seguintes fontes: i)

documentação; ii) registro de arquivos; iii) entrevistas; iv) observações diretas e; v) artefatos físicos. Para a execução desta pesquisa, foi utilizado como fonte as entrevistas e documentos, organogramas das entidades direcionadas a pesquisa identificando e analisando o quadro técnico de prestação de serviços de ATER pela entidade. O acesso à documentação se deu por materiais publicados pela empresa, artigos, sites, por solicitação do pesquisador, e envio do documento pelas entidades como organogramas, documento necessário para o entendimento de como a empresa está organizada sistematicamente entre seus diversos setores, como o administrativo, diretoria, departamento de compras, vendas, departamentos de produção como suinocultura, avicultura, produção de leite.

Segundo Yin (2005) apud GOMES (2008), é fundamental que o investigador reflita sobre as habilidades para a realização de estudos de caso, como experiência prévia, sagacidade para fazer boas perguntas, capacidade de não se deixar levar por seus preconceitos e ideologias, flexibilidade para se adequar às situações adversas etc.

No presente trabalho para a coleta de dados se fez o uso de questionário com questões abertas e fechadas, procurando obter todos os dados quantitativos necessários, além de questões qualitativas. Esse questionário além dos dados coletados serviu para orientar as entrevistas.

Para a realização dos questionários e entrevistas, foi identificado junto com a Secretaria da Agricultura de São Lourenço do Oeste e a EPAGRI do município, os órgãos prestadores de Assistência Técnica e Extensão Rural presentes no município de São Lourenço do Oeste.

Dentro grupo das agropecuárias que possuem CNPJ registradas no município foram levantadas 6 estabelecimentos agropecuários ativos. Dentre estas, foi realizado um sorteio aleatório para que 2 agropecuárias participem da pesquisa, representando 32%.

Considerando o tipo de organização e de prestação de serviço de ATER para o município, a amostragem obtida para a realização da pesquisa é: 2 entidades públicas, 2 entidades privadas, e cooperativas de produção, 1 cooperativa de prestação de serviços e 1 Organização Não Governamental.

Para a categoria da agricultura familiar, é possível verificar que os estabelecimentos, as propriedades possuem diferentes níveis, arranjos como infraestruturas, área do imóvel, capacidade de geração de renda, de produção, de

sucessão, oportunidade de trabalho fora da propriedade, ou de oportunidade de diversificação de atividades na propriedade, bem como de um padrão de vida.

Portanto, para esta pesquisa as propriedades/agricultores foram categorizados em 4 tipos:

- Consolidado: agricultores cuja atividade permite, não só a reprodução da família, mas também de gerar algum nível de investimento e acumulação.
- Em transição: agricultores que vivem da agricultura, mas por não conseguirem fazer investimentos, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação econômica, e que o obriga acessar linhas de crédito, como custeios.
- Em exclusão: agricultores com renda insuficiente para viver das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento, segundo Abramovay et al, 1998 apud Carneiro e Castro, 2007.

E propriedades inviabilizadas: aqueles que submetidos em áreas marginais, precários de produção, de exploração, de comercialização, que não há sucessão, e nem mesmo oportunidade para outras atividades.

Quanto a classificação fundiária dos imóveis, considerou-se:

- Minifúndio: até 10 hectares;
- Pequena: 10 a 30 hectares;
- Média: 30 a 60 hectares;
- Grande: acima de 60 hectares.

3.1.4 Sistematização de dados

Os questionários foram enumerados para garantir a identificação, integridade e fidelidade dos dados para melhor interpretação e análise. Após a coleta de dados os mesmos foram registrados em programas como Word e Excel. As perguntas fechadas foram analisadas do ponto de vista quantitativo, por meio do uso do programa Excel, sendo reunidos por afinidade e ordenados de acordo com cada objetivo específico do trabalho, gerando gráficos e tabelas. As perguntas abertas foram agrupadas para análise qualitativa complementando as informações quantitativas geradas pelas questões fechadas. Este trabalho foi aprovado no Comitê Ética e Pesquisa CEP/UFFS em 2016, após esta aprovação realizou-se os questionários e entrevistas (descritas no Apêndice A e Apêndice B), com as entidades. A forma de devolução dos dados será feito junto à

Secretaria da Agricultura do município, organizando a realização de uma palestra no município, sendo enviado convite específico para cada participante e um convite aberto a comunidade local, e entrega de cópia digital do trabalho a quem tiver interesse.

4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

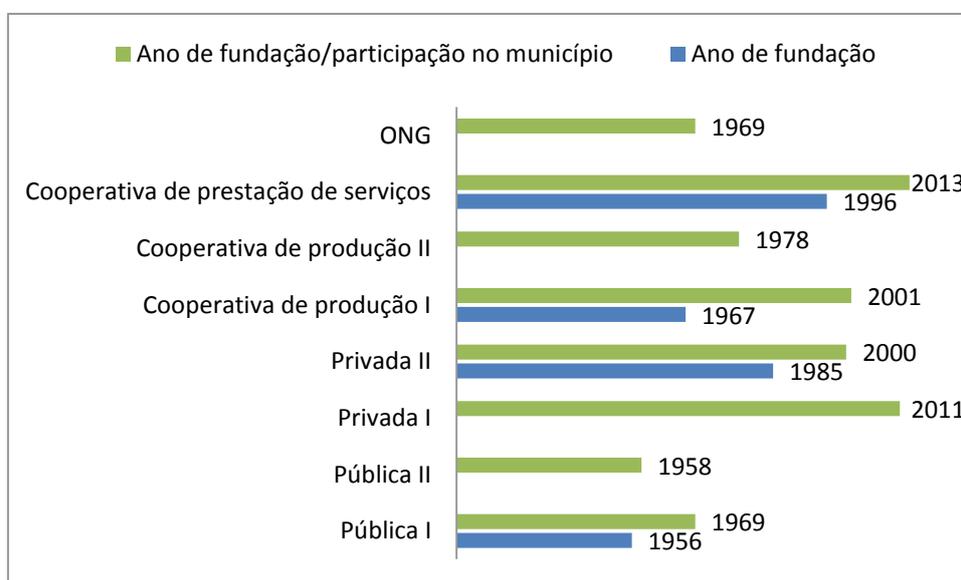
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE ATER

O município de São Lourenço do Oeste possui uma importante estrutura voltada na prestação de serviços de ATER para agricultores familiares e produtores, formada por entidades/ organizações públicas e privadas, e organizações não governamentais.

Essa estrutura mobiliza um volume significativo de recursos humanos e financeiros na atuação cotidiana e na contribuição do desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultural, político.

A figura 4 demonstra o ano de fundação de cada entidade e sua participação no município de São Lourenço do Oeste.

Figura 4. Ano de fundação da entidade e/ou fundação e participação no município de São Lourenço do Oeste-SC/2016.

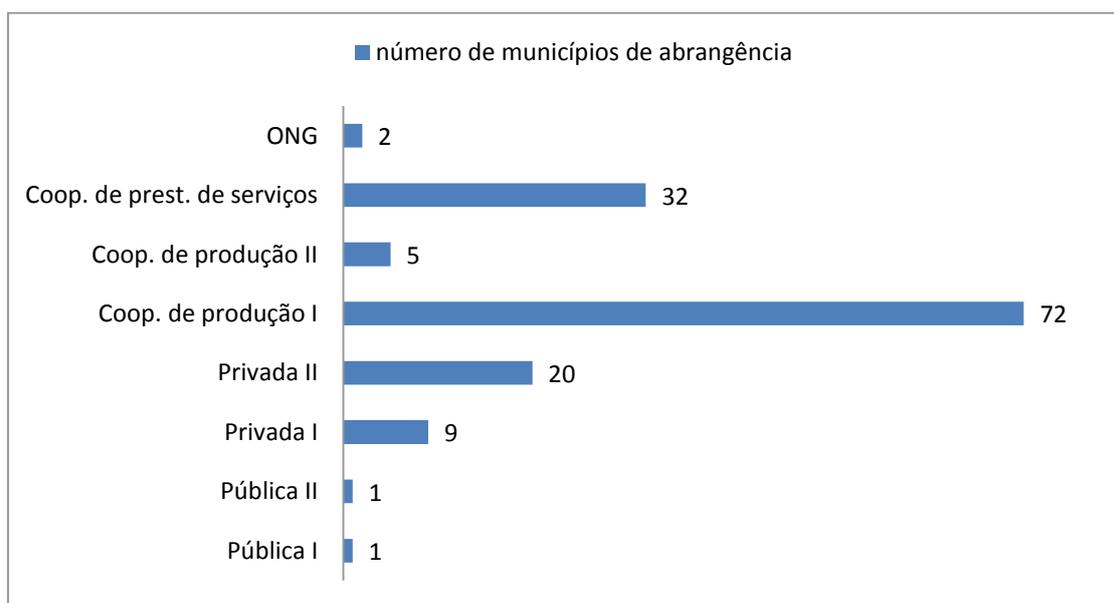


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A coluna azul refere-se ao ano de fundação da organização em outro município; e ano de fundação, instalação/ ou participação em São Lourenço conforme a coluna verde.

O município de São Lourenço do Oeste foi emancipado em 1958, e como organizações com mais anos instaladas no município são as públicas e a ONG entre as décadas de 50 a 60, seguido das cooperativas de produção, e as organizações de iniciativa privada. Por último a cooperativa de prestação de serviços, que vem para município para atender a uma chamada de ATER pública. Além da fundação, outro ponto importante é a abrangência das entidades, considerando município e estado (figura 5)

Figura 5. Número de municípios de abrangência por entidade prestadora de ATER



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Apenas a cooperativa de produção I e as entidades privadas atuam também em municípios de outros estados, como Paraná, Mato Grosso do Sul.

A entidade pública I apresenta-se numa organização de estado, que abrange 294 municípios de Santa Catarina, divididos em 19 gerências regionais. São Lourenço é considerado gerência regional.

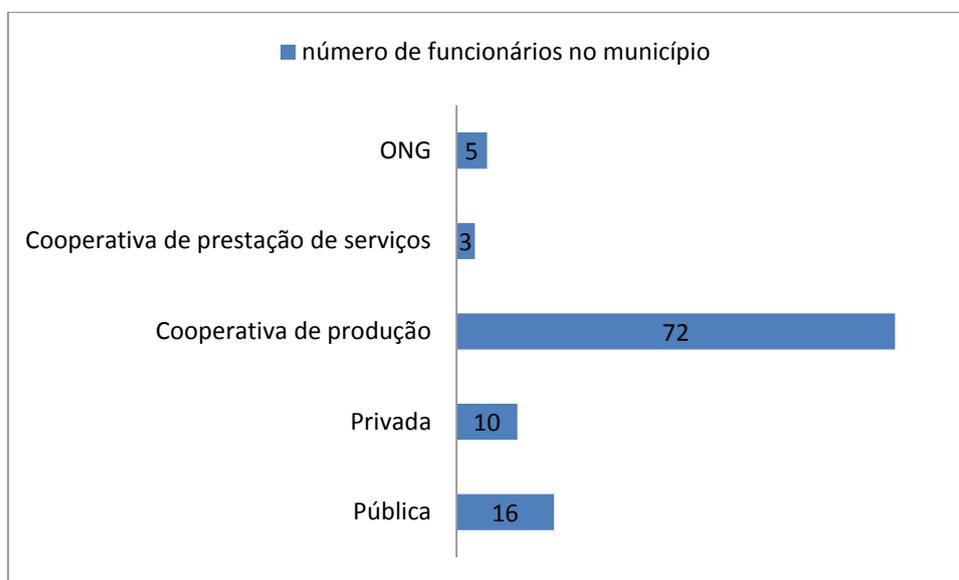
A ONG é filiada a uma organização maior, de representação estadual e nacional.

A entidade privada II é representante de uma empresa multinacional.

4.2 ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DE ATER COMO GRAU DE DECISÃO

A figura 6 apresenta as entidades prestadoras de ATER e relação de quadro de funcionários.

Figura 6. Número de funcionários por tipo de serviço de ATER no município de São Lourenço do Oeste- SC/2016.



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

As entidades privadas atuam no setor de comercialização, e a atuação dos técnicos a campo é organizado por região, por município.

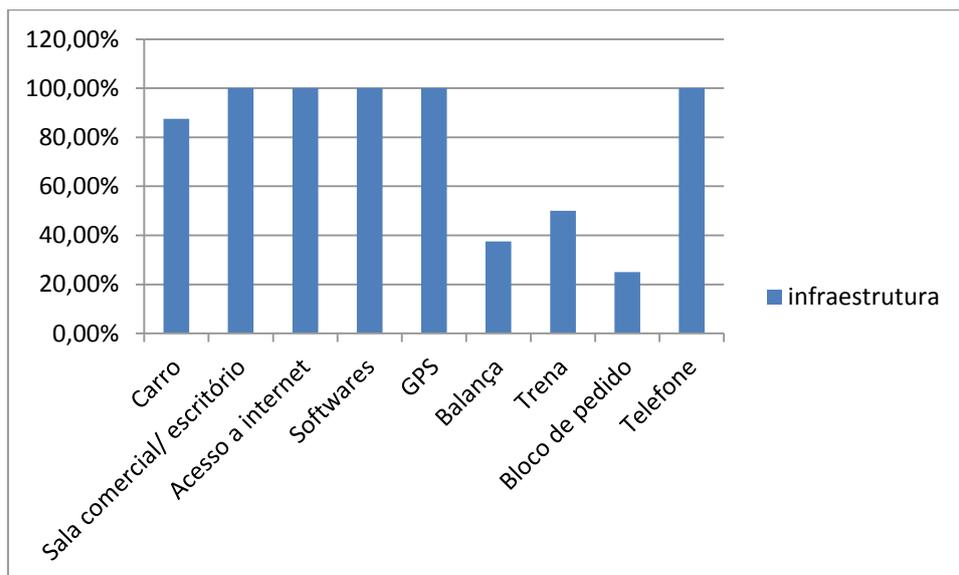
A pesquisa mostra que o maior número de funcionários no município, é representado pelas cooperativas de produção, sendo 72 funcionários, que englobam diversas funções, desde conselhos de administrativo, financeiro, atendimento, setor de compra e venda, armazenamento, entre outras, observando que uma das cooperativas é filiada a uma cooperativa de representação no estado de Santa Catarina. Em segundo lugar com 16 funcionários, estão as entidades públicas, que possuem funcionários de diversas áreas, como administrativo. As entidades de iniciativa privada apresentaram 10 funcionários, sendo relatada a necessidade de contratos temporários em determinadas épocas do ano, como em períodos de pós-emergência a colheita de determinados cultivos. A ONG apresentou 5 funcionários, enquanto a cooperativa de prestação de serviços apresentou 3 funcionários.

4.3 INFRAESTRUTURA DESTINADA PARA ATER

A formação dos profissionais em atuação varia de nível técnico (agropecuária, agrícola) a graduação de nível superior (agronomia), especialização e mestrado. E o

tempo de atuação destes profissionais nestas entidades varia de 1 a 34 anos. A figura 7 mostra a infraestrutura que estes profissionais tem disponível para a realização da ATER.

Figura 7. Infraestrutura disponível para a realização do trabalho e assistência técnica aos agricultores em São Lourenço do Oeste/2016.



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

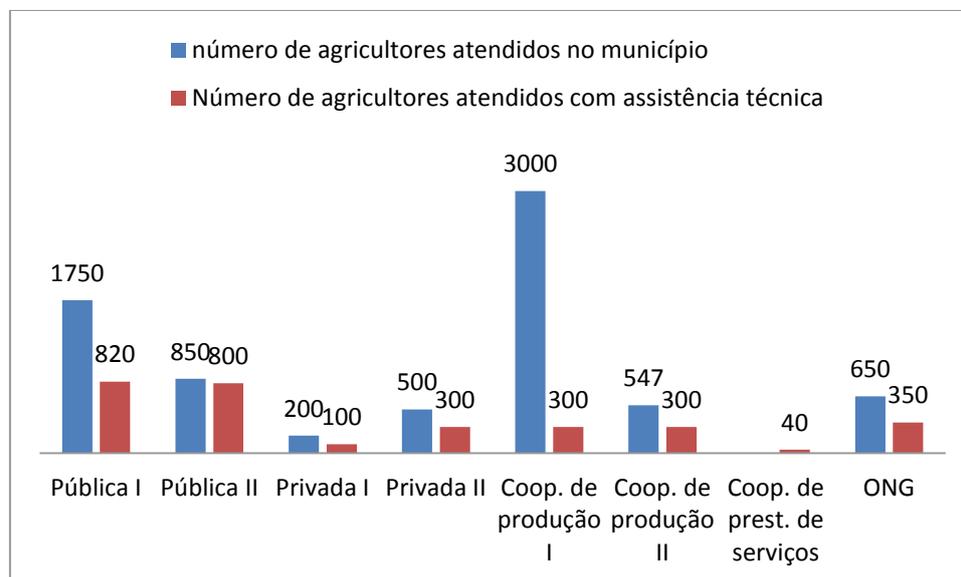
As entidades entrevistadas disponibilizam aos técnicos sala comercial/escritório, acesso a internet, softwares, GPS e telefone. Apenas uma entidade citou usar carro próprio do profissional, 50% dispõem de trenas, 37,5 % dispõem de balança e 25 % dispõem bloco de pedido. Também foi citado uso de Datashow, câmera fotográfica, impressora, fax.

A entidade privada II cita que a empresa disponibiliza ao técnico que atua a campo o suporte a logística e materiais (carro, bloco de pedidos, GPS, balança, trena, acesso a internet, softwares).

4.4 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO

A figura 8 demonstra o número de agricultores atendidos pela entidades, e número de agricultores atendidos com ATER.

Figura 8. Número de agricultores atendidos em São Lourenço do Oeste, e número de agricultores que recebem assistência técnica/2016.



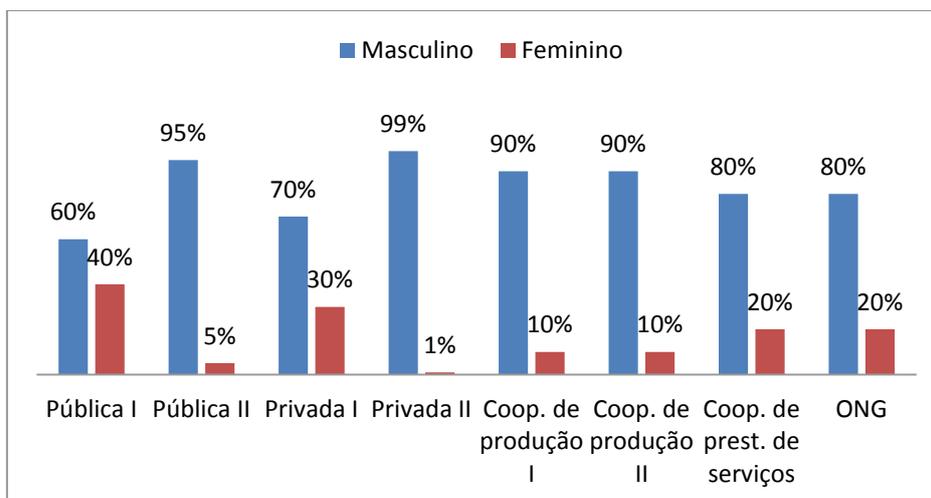
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Com relação ao número de agricultores atendidos no município, a cooperativa de produção I tem o maior número entre as organizações, seguido da entidade pública I, pública II, ONG, Cooperativa de produção II, entidades privadas, e cooperativa de prestação de serviços. Isso se deve a área de atendimento de assistência técnica e ao público alvo, que será abordado nos temas adiante.

Quanto ao tipo de público atendido 100 % das entidades responderam que atendem agricultores familiares. Das 8 entidades entrevistadas, 5 disseram atender também a grandes proprietários. Não foi citado atendimento a indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, entre outros.

A figura 9 demonstra a relação do público atendido pelas entidades, considerando o sexo (feminino e masculino).

Figura 9. Percentual de público atendido, entre homens e mulheres pelas organizações prestadoras de ATER no município de São Lourenço do Oeste.



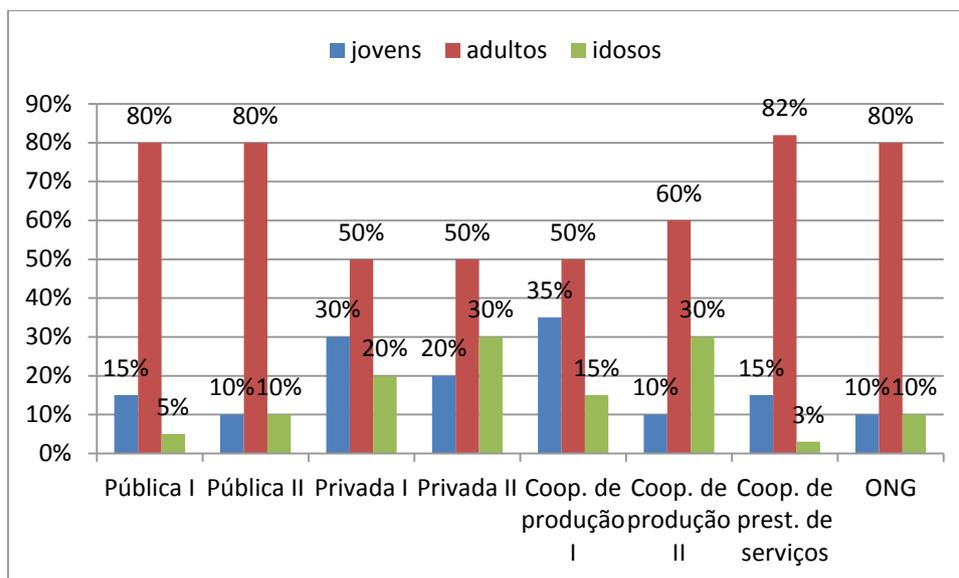
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Com relação ao sexo do público atendido pela assistência técnica, a entidade privada II diz atender apenas 1% de mulheres, seguido da entidade pública II, com 5%. Com maior número de atendimento à mulheres está a entidade pública I, que por sua vez, dispõe de trabalhos voltados especificamente para este público, com a extensão rural, organizadas em clubes por comunidades.

A entidade privada I diz que a demanda por assistência técnica para as mulheres tem aumentado na entidade, pelo fato de elas buscarem melhorias relacionadas a sanidade e limpeza das salas de ordenhas.

A figura 10 demonstra entre o público atendido com ATER, a percentagem entre jovens, adultos e idosos.

Figura 10. Percentual de público atendido, entre jovens, adultos e idosos pelas organizações prestadoras de ATER no município de São Lourenço do Oeste/2016.



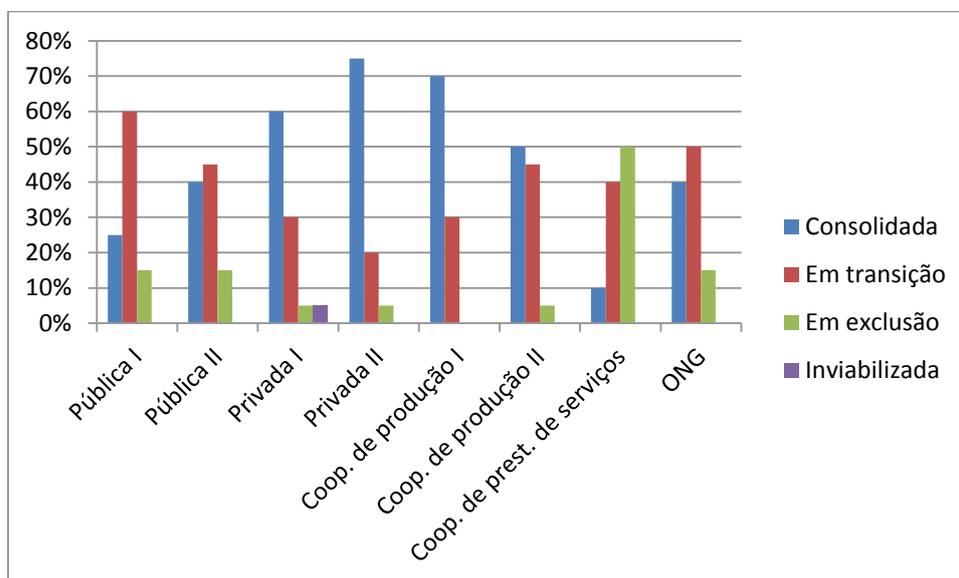
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Em todas as entidades, o maior público atendido são de adultos. Porém com percentual significativo 35% do público atendido pela cooperativa de produção I é de jovens, seguido da entidade privada I com 30%, onde os jovens buscam pela modernização e tecnologias para produção. Os idosos são atendidos em maior percentual pela entidade privada II, seguida pela cooperativa de produção II.

Nas entidades públicas e na ONG, o percentual de jovens e idosos não é significativo, quando comparadas as demais entidades, ora pela busca por políticas governamentais, voltadas a produção (movimento econômico do bloco de produtor rural), no caso a aqueles que já são proprietários de áreas de terras, e da sucessão familiar.

A figura 11 demonstra o percentual das propriedades atendidas conforme nível de consolidação ou exclusão de agricultores.

Figura 11. Percentual de propriedades rural atendidas, conforme nível de consolidação ou exclusão de agricultores, considerando consolidada, em transição, em exclusão e inviabilizada.



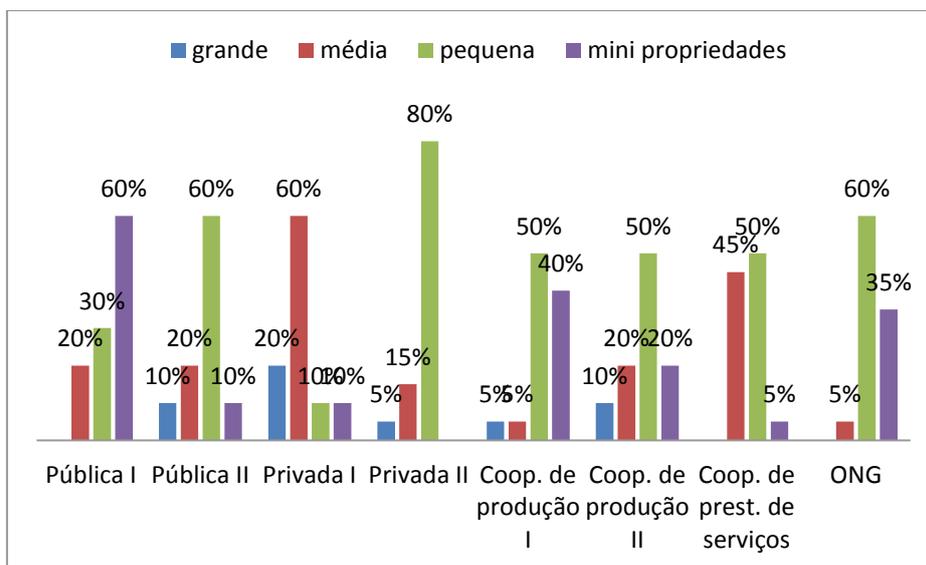
Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Conforme a representação da Figura 11, as organizações privadas e as cooperativas de produção atendem a demanda sobre propriedades consolidadas. Fator este relacionado pela oferta de produtos, insumos, compra e venda, tecnologias, aprimoramentos e aperfeiçoamentos sobre a produção.

Já as entidades públicas e a ONG apresentam maior demanda sobre propriedades, agricultores em transição. O que demonstra preocupação por estes órgãos para a continuidade das propriedades, uma vez que correm o risco de exclusão, seja curto ou longo prazo, mas que requerem atenção.

A figura 12 representa o percentual de público atendido em relação ao tamanho da propriedade.

Figura 12. Percentual de público atendido classificado por tamanho da área do estabelecimento agrícola em São Lourenço do Oeste/2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A pesquisa apontou que 6 de 8 entidades atendem propriedades pequenas. Com percentual significativo, 2 atendem propriedades médias, e 3 delas atendem propriedades de até 10 hectares.

4.5 METODOLOGIA DE ATER UTILIZADA EM SÃO LOURENÇO DO OESTE PELOS TÉCNICOS E ORGANIZAÇÕES

A forma como estas entidades se organizam é basicamente a mesma para todas, priorizando o atendimento em escritório, a campo na unidade de produção, reuniões grupais e em comunidades, palestras técnicas, unidades de referências, conforme a demanda e na promoção de novas ideias, tecnologias, programas, etc.

As cooperativas de produção e entidades privadas descreveram que a demanda por assistência técnica é maior nos períodos de cultivos anuais, que inicia com escolha de sementes, variedades, plantio, manejo sanitário, e conforme a necessidade. Também possuem um roteiro semanal, quinzenal, e a demanda sobre produção de leite é atendida com visitas mensais. As entidades privadas também descreveram que quando o agricultor opta por algum produto, insumo, a assistência técnica está inclusa.

Já as entidades públicas estão organizadas por um plano de trabalho, em que há presença de programas promovidos por órgãos públicos, leis municipais, programas do governo do Estado.

A Cooperativa de prestação de serviço descreve que atende conforme contrato da chamada de ATER, com atendimento mensal na unidade de produção, atendendo a uma carga horária previamente estabelecida, além de excursões, dia de campo.

A ONG descreve que boa parte do atendimento é por demandas e incentivo a programas do governo federal, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos, orientação e organização de projetos de custeio e investimento (PRONAF) através de convênio com Banco do Brasil, cadastro ambiental rural. Também possuem unidades de referência que atuam na promoção e incentivo de produção mais sustentável e saudável.

Todas as entidades mostraram que os serviços prestados são por iniciativa dos agricultores, produtores, ou mesmo para a cooperativa de prestação de serviços enquanto chamada pública, e também pela oferta do serviço, em que as entidades vão ao encontro de seu público.

A tabela 1 apresenta as áreas atendidas por cada entidade prestadora de ATER no município.

Tabela 1: Áreas atendidas pela prestação de serviços de ATER por entidade.

Pública I	Bovinocultura de leite e corte; Fruticultura; Horta comercial e doméstica; Silvicultura; Sistema silvipastoril; Produção de subsistência; Educação ambiental; Artesanato e terapia; Agroindústrias; Programas do governo do estado (troca troca de sementes, troca troca de calcário kit forrageiro, programa cisternas, kit informática); Crédito Rural.
Pública II	Horas máquinas; Programa de inseminação bovinocultura de corte e leite; Fruticultura (distribuição de mudas); Olerícolas (distribuição de sementes); Inspeções municipais;

	<p>Piscicultura; Cadastro Ambiental Rural. Entre outros.</p>
Privada I	<p>Produção de grãos (milho, soja, feijão, trigo); Bovinocultura de leite; Pastagens. Equipamentos como ordenhadeiras, resfriadores, equipamentos agrícolas.</p>
Privada II	<p>Produção de grãos (milho, soja, trigo, feijão) Pastagens inverno/verão.</p>
Cooperativa de produção I	<p>Produção de grãos (milho, soja, trigo, feijão); Bovinocultura de leite e corte; Gestão rural; Organização, qualidade e produção na propriedade; Campos demonstrativos.</p>
Cooperativa de produção II	<p>Produção de grãos (milho, soja, trigo); Bovinocultura de leite e corte; Pastagens inverno/verão.</p>
Cooperativa de prestação de serviços	<p>Produção de milho p/ silagem; Bovinocultura de leite e corte; Agroindústria familiar; Hortaliças; Sist.. agrosilvipastoril; Pastoreio Racional Voisan; Pronafs (mulher, agroecologia, jovem); Fruticultura; Produção para subsistência.</p>
ONG	<p>Crédito rural; PAA; PNAE; Habitação rural- PNHR; Sementes Crioulas; Fruticultura; Horta comercial e doméstica; Práticas de conservação de solos; Produção de subsistência; Produção orgânica; Agroindústria familiar; Bovinocultura de leite a base de pasto. Cadastro ambiental rural.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

4.6 CONTEXTUALIZAÇÃO FRENTE A PNATER

Na entrevista, um dos questionamentos tratava sobre a existência da prestação de serviço na perspectiva da agricultura orgânica, agroecológica. Apenas as entidades públicas, ONG e a cooperativa de prestação de serviços responderam positivamente e o fazem através do uso de unidades de referência. As cooperativas de produção e entidades privadas citaram até adotar algumas práticas, como plantio direto, rotação de culturas, usos de alguns produtos naturais, mas que atender público que pratique agricultura orgânica, agroecológica é difícil.

Quando questionados sobre a missão da entidade frente a sociedade:

- Entidades públicas: propor melhoria da qualidade de vida, bem estar da família, sustentabilidade da propriedade, a diversidade, melhoria de aspectos ambientais, renda para as famílias e a sucessão familiar.
- Entidades privadas: Vender produtos que tenham resultados, durabilidade, que potencializa a produção, na busca de melhoria da qualidade de vida, econômica e social; Obter produtividade, produzir mais alimentos.
- Cooperativas de produção: promover o desenvolvimento sustentável, gerando resultados econômicos e sociais para a sociedade; sempre em prol do agricultor, associado ou não, na busca por melhores preços, níveis de tecnologias, qualidade de vida aos agricultores.
- Cooperativa de prestação de serviços: através da chamada de ATER propor a formação, conhecimento dos meios de produção, voltados para a sustentabilidade.
- ONG: atender as demandas do segmento da agricultura familiar, promovendo a soberania e identidade da categoria. Propor sobretudo a qualidade de vida e a sucessão familiar.

Quanto a suficiência da metodologia utilizada para a assistência técnica e se tem atingido os objetivos. Os resultados mostram que para as entidades públicas sim, com a ressalva de que parte de agricultores não se integram a ATER. Já as cooperativas de produção e entidades privadas, a ONG e a cooperativa de prestação de serviços responderam que a ATER no município é falha, faltam profissionais capacitados, infraestrutura, confiança agricultor para com o técnico e interação do agricultor com sua

propriedade, ou seja, o agricultor não coloca em ação o conhecimento e experiências, deixa a desejar.

Quanto ao acesso a ATER na atualidade, para as cooperativas de produção há uma facilidade maior devido às pequenas propriedades, no entanto, a ATER deve ser rotineira, pois o uso de defensivos tem aumentado. O papel do técnico é levar a tecnologia, fazer com que o agricultor se mantêm e que tenha resultados, para tanto, a ATER deve ser diversificada.

Quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável, a cooperativa de produção compara a propriedade a uma máquina que gira e produz energia para auto sustento/subsistência. As entidades públicas citam que é quando a agricultura consegue desenvolver as atividades na propriedade e que estas sejam economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis.

Sobre o conhecimento da Lei da PNATER, apenas 1 entidade pública, a ONG e a cooperativa de prestação de serviços afirmaram conhecer a lei e estar buscando o atendimento das diretrizes, embora tenham alegado que haja limitações. Enfatizam não haver infraestrutura técnica suficiente para executar as mesmas. As entidades privadas e uma cooperativa de produção disseram que conhecem pouco sobre a Lei, mencionando apenas como Lei Pública. Uma cooperativa de produção diz desconhecer a Lei.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para São Lourenço do Oeste, assim como a realidade de muitos municípios do oeste de Santa Catarina, a prática da PNATER apresenta dificuldades na sua concretização, quando nos deparamos com os tipos de prestadoras de ATER as quais estão organizadas, estruturadas em seus alicerces, quadro de técnicos e infraestruturas, a formação acadêmica dos profissionais, aos meios de produção ao qual grande parte das propriedades estão inseridas, que conforme mercado econômico, influência da mídia.

As entidades prestadoras de ATER demonstram interesses e público alvos diferentes, embora submetidas a um mesmo grupo: agricultura familiar. Por mais que as entidades públicas, a ONG, e a cooperativa de prestação de serviços, tenham consentimento da Lei, e buscam atende-las, ao analisar a realidade das propriedades, o primeiro ponto é o econômico, aí os dados de maiores produções são sobre grãos, leite, estes aos quais a assistência técnica é intensiva por entidades privadas, e por

cooperativas de produções, pois quando o agricultor adquire o produto, insumo, nele está inclusa a assistência técnica.

Em relação aos princípios da PNATER, na promoção de processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços, a maioria dos agricultores ainda são dependentes, e submetem-se a cadeia de produção, o que o distancia da definição de produto, qualidade, quantidade, valor, entre outros.

Há preocupação quanto a economia do campo, porém quando há incentivo de produção em monocultivos, exigências a tecnificação para que o agricultor se mantenha naquele meio de produção. Para os agricultores com atividades diversificadas, embora a ATER os atenda, há preocupação sobre logística, mercado e viabilidade.

Quanto a inclusão da mulher nos processos de ATER, questiona-se se mesmo nas entidades públicas, as metodologias por eles adotados é suficiente na inclusão da mulher sobre o meio, já que enfrentam o modelo de formação da sociedade, da cultura.

Há a preocupação da sucessão familiar, mas sob pontos de vista diferentes, uma em que se refere a tecnologias, modernização como permanência do jovem na agricultura, outra na diversificação de sistemas produtivos, mediante a lógica do capital, que requer a produção em quantidade.

A Lei da PNATER é relativamente jovem, e para que suas diretrizes se concretizem, principalmente sobre desenvolvimento rural sustentável, o caminho é longo, os desafios serão grandes, e necessita de atenção, apoio, especialmente por parte do governo.

6 CONCLUSÕES

Com a realização do estudo, foi possível concluir que cada entidade prestadora de ATER apresentaram diferentes respostas, objetivos, e algumas delas desconsideram a Lei da PNATER.

As entidades privadas e as cooperativas de produção não se apoiam na concepção de desenvolvimento rural sustentável e de agricultura familiar no processo de prestação do serviço. Enquanto as entidades públicas buscam pautar-se pelas proposições da PNATER, no entanto encontram dificuldades. A ONG e a cooperativa de prestação de

serviços incorporam a política, porém não possuem infraestrutura para garantir a qualidade e a continuidade do serviço.

A assistência técnica atende de forma parcial as demandas, quando estas entidades disponibilizam de determinadas áreas de atuação conforme missão frente á sociedade e perfil do profissional. As cooperativas de produção e as entidades privadas, embora possuem quadros de técnicos maiores e com melhores estruturas, as atividades atendidas são direcionadas a commodities, o que faz da ATER ser seletiva e direcionada a um público.

Há falta de profissionais para atender aos agricultores e de formação voltada para assessorar os agricultores na busca do desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACISLO, São Lourenço do oeste, 2014. Disponível em:<<http://www.acislo.com.br/site/?pg=cidade&id=5>>acesso em 04 nov. 2014.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Brasília, 14 p. 14 ago. 2005. Disponível em < <https://www.dropbox.com/s/0pv70y0hnxhakh3/Pnater-%20primeiros%20passos%20...%20Caporal.pdf>> acesso em: 04 nov. 2014.
- CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da Extensão Rural convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 23 p. 2006. Disponível em:<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/contents/photoflow-view/content-view?object_id=885745>acesso em: 06 nov.2014.
- CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude Rural em Perspectiva**.Manuad X, 2007.
- CONAB, Acompanhamento da safra brasileira: estimativa de área plantada, 2013. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_07_09_09_04_53_boletim_graos_junho__2013.pdf>2013>acesso em 04 nov. 2014
- CONAB, Agricultura Familiar, [2014?]. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>acesso em 05 nov. 2014.
- CONTAG, Sobre a Agricultura Familiar, [2014?]. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=263&nw=1>>acesso em: 04 nov. 2014
- COSTABEBER,J.A.;CAPORAL,F.R.“Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In:Vela,Hugo.(Org.):Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti,2003.p.157-194
- GOMES, A.A. **Estudo de caso - planejamento e métodos**, 2008. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/187/257>> Acesso em 08 abr. 2015.
- IBGE, Censo Agropecuário. 2006. Disponível em :< <http://www.sidra.ibge.gov.br>> acesso em 26 fev. 2015.
- LISBOA. S.R; SILVEIRA. R.B; DIESEL.V. **Extensão rural pública para quem? a nova face institucional da orientação técnica no Rio Grande do Sul**. VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural. 2010. 23 p.
- MAFFEZOLLI,F,E; BOEHS, E,C. **Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa**. Rev. FAE, Curitiba, v.11, n.1, p.95-110, jan./jun. 2008
- BRASIL. MAPA, Estatísticas, 2014. Disponível em:<<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>>acesso em 04 nov. 2014.

BRASIL. MDA, Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Brasília, 2010. Disponível em:<
<http://geraldosimoies1330.com.br/docs/Ater.pdf>>acesso em 05 nov. 2014.

BRASIL. MDA, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasília, 2007. Disponível em<
http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CC8QFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.mda.gov.br%2Fsite%2Fsites%2Fsite%2Ffiles%2Fuser_arquivos_64%2FPnater-4.doc&ei=ma-PVIb3DYHasASMs4D4Aw&usq=AFQjCNFGZi9chh-gNTEWlo8HxAczGwq3hw&bvm=bv.81828268,d.d24>acesso em: 05 nov. 2014.

BRASIL. MDS, Agricultura Familiar, [2014?]. Disponível em:<
<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>>acesso em: 05 nov. 2014.

BRASIL. MDS, Assistência Técnica e Extensão Rural, [2014?]. Disponível em:<
<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-productiva-rural/assistencia-tecnica-e-extensao-rural>>acesso em: 05 nov. 2014.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, Censo Agropecuário, 2010. Disponível em:<
<https://mpabrasiles.wordpress.com/2010/02/18/censo-agropecuario-confirma-agricultura-camponesa-e-a-principal-produtora-de-alimentos-do-pais/>>acesso em 05 nov. 2014.

MUNDO EDUCAÇÃO, Agricultura Familiar, [2014?]. Disponível em:
<http://www.mundoeducacao.com/geografia/agricultura-familiar.htm>>acesso em: 04 nov. 2014.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa- Características, usos e possibilidades**. São Paulo: Caderno de pesquisa em administração, 1996, 5 p.

PEIXOTO, Marcus. Extensão Rural no Brasil-uma abordagem histórica da Legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal: Centro de Estudos, Brasília, 2008. Disponível em:<
<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>acesso em: 04 nov. 2014.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-CASA CIVIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Brasília, 2006. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>acesso em: 05 nov. 2014.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, Agropecuária, 2014. Disponível em:<
<http://www.saolourenco.sc.gov.br/municipio/19>>acesso em 04 nov 2014.

SILVA, Argileu Martins da. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília.2010. Disponível em < <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/15-GT-Argileu-Martins-da-Silva.doc>> acesso em: 04 nov. 2014.

WIKIPÉDIA, São Lourenço do Oeste, 2014. Disponível em: <
http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Louren%C3%A7o_do_Oeste>acesso em: 03 dez. 2014.

XAVIER, Simón Fernández; DOLORES, Dominguez Garcia. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr/jun. 2001.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookman. 2001.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

PROFESSOR ORIENTADOR: James Berto.

PESQUISADORA: Kelly Elisandra Comin

Título da pesquisa: O ESTUDO DE CASO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC

Autores: James Berto e Kelly Elisandra Comin.

QUESTIONÁRIO

1-CARACTERIZAÇÃO DO INFORMANTE

1.1- Nome do informante e função na organização:

1.2- Contato:

1.3- Cargo que ocupa na organização:

2-CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE ATER (ORGANIZAÇÃO GERAL)

2.1- Nome da empresa, entidade, instituição, organização, prestadora?

2.2- Localização:

2.3- Tipo de organização de prestação de serviço de ATER:

() pública () privada

() cooperativa de produção () ONGs (ASCOOPER, sindicatos se tem chamada de ATER...)

2.4- Quantos funcionários trabalham na organização?

2.5- Em que ano foi fundada? Há quanto tempo atua na região?

2.6- Quantos municípios abrange? Quantos agricultores atende no total? E quantos com assistência técnica?

2.7- Qual é a estrutura de organização de funcionamento da empresa (departamento de compra, de venda, ATER como grau de decisão na empresa)?

2.8- SE ORGANIZAÇÃO PRIVADA

2.8.1- Em quais setores da economia atua?

Comercialização

Industrialização

Prestador de serviços

3-QUANTO À ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

3.1- Como está organizado serviço de ATER dentro da organização (dep. de avicultura, suinocultura, entre outros)?

3.2- Como está organizada em sua atuação a campo? Quantos funcionários desenvolvem serviço de ATER por região, por formação profissional, por território?

4-CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO DE TÉCNICOS

4.1- Nome:

4.2- Qual a função na organização?

4.3- Qual a formação?

4.4- Qual o tempo de atuação na organização?

5- ESTRUTURA GERAL PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1- Qual é a sua infraestrutura disponível para o trabalho no município e fora?

carro sala comercial acesso à internet de qualidade

softwares outros instrumentos de trabalho

6-CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ATENDIDO

6.1- Quantos produtores são atendidos em no município de São Lourenço do Oeste?

6.2- Qual o tipo de público que atende? (grandes proprietários, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, entre outros).

6.3- Do público que recebe assistência, qual o segmento é atendido (participação em percentual)?

masculino feminino

jovens idosos adultos

Consolidado Em transição Em exclusão Inviabilizado

Grandes Médios Pequenos Mini

7-METODOLOGIA DE ASSISTÊNCIA UTILIZADA EM SLO PELOS TÉCNICOS/RESPONSÁVEIS

7.1-Quais são os instrumentos de trabalho utilizados pela prestadora?

7.2-Com que frequência visita os produtores?

7.3-Qual a forma de prestar o serviço de assistência técnica? (a campo na unidade de produção, no balcão de venda, escritório, reuniões grupais, comunitárias, por tipo de produtos, por atividade produtiva)?

7.4-Quanto à estrutura para o serviço de assistência, quantos tem disponível:

carro computador GPS outros_____

7.5-Qual o principal área de atendimento da assistência prestada?

produção de grãos: milho () soja () trigo ()

leite agroindústria hortaliças Sist. Agrosilvipastoril

outros_____

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

PROFESSOR ORIENTADOR: James Berto.

PESQUISADORA: Kelly Elisandra Comin.

Título da pesquisa: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- O ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Autores: James Berto e Kelly Elisandra Comin.

ENTREVISTA

1-Os serviços são prestados por que o agricultor procura ou por iniciativa da organização?

2-Quais as principais características dos produtores atendidos pela empresa/organização? São produtores especializados ou de produção diversificada?

3-Qual a proposta da organização frente a sociedade?

4-Presta assistência na perspectiva de agricultura orgânica, agricultura agroecologia?

5-A metodologia utilizada para a assistência técnica é suficiente, tem atingido os objetivos?

6-Na sua opinião, o que significa assistência técnica e extensão rural?

7-Na sua opinião, o que é desenvolvimento sustentável?

8-Tem conhecimento da Nova Lei de ATER?

8.1-Se sim, qual a nova proposta da nova Lei de ATER?

9-A organização busca atender as diretrizes da PNATER?